

# PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Concurso Público  
com Publicidade Internacional

DIT/2022/6

REFORMULAÇÃO DA INFRAESTRUTURA  
DE SEGURANÇA INFORMÁTICA DA REDE DA ASSEMBLEIA  
DA REPÚBLICA

**SECÇÃO I**  
**Disposições gerais**

**Artigo 1º**  
**Identificação do concurso**

1. O presente programa do procedimento estabelece os termos a que obedece a fase de formação do contrato para a *“Reformulação da Infraestrutura de Segurança Informática da rede da Assembleia da República”*, em conformidade com as especificações técnicas e jurídicas constantes do respetivo caderno de encargos.
2. O presente procedimento pré-contratual segue a tramitação do concurso público com publicidade no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e artigos 130.º a 154.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e na sua redação atual (doravante denominado CCP).
3. O presente procedimento não segue o regime de adjudicação por lotes, nos termos disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP.

**Artigo 2º**  
**Entidade pública adjudicante e decisão de contratar**

1. A entidade pública adjudicante é a Assembleia da República, com sede no Palácio de São Bento, Largo das Cortes, 1249-068 Lisboa, com o NIF 600054128, telefone +351 213917595, telefax +351 213917439 e endereço eletrónico [DTI.Correio@ar.parlamento.pt](mailto:DTI.Correio@ar.parlamento.pt).
2. A decisão de contratar foi tomada por despacho de sua S. Exa. o Senhor Secretário-Geral da Assembleia da República datado de 24 de março de 2022, após parecer favorável do Conselho de Administração de 24 de março de 2022, nos termos do artigo 36.º e 38.º do CCP, ex vi n.ºs 3 e 4 do artigo 54.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), ), em conjugação da alínea d) , do n.º 1, do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ponto 1.2 do Despacho n.º 204/2020, de 26/11/2019, publicado na 2ª Série do Diário da República de 08/01/2020.

**Artigo 3º**  
**Consulta e disponibilidade das peças do procedimento**

1. As peças do concurso estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de contratação pública da Assembleia da República com o endereço <https://www.acingov.pt/> desde o dia seguinte ao da publicação do respetivo anúncio no Diário da República.
2. Para acesso às peças do procedimento os concorrentes devem efetuar o seu registo nesta Plataforma eletrónica referida no ponto 1.

#### **Artigo 4.º**

##### **Esclarecimentos, retificações e erros e omissões das peças do procedimento**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas os interessados podem solicitar os esclarecimentos que entendam necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, se forem detetados, devem apresentar, ainda, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das referidas peças por si detetados.
2. Os pedidos de esclarecimentos e a apresentação de listas de erros e omissões, deverão ser levados a cabo através da plataforma eletrónica de compras públicas utilizada pela Assembleia da República, acessível através da ligação <https://www.acingov.pt/>.
3. Os referidos esclarecimentos, retificações e as respostas às listas de erros e omissões serão prestados na plataforma referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos dos n.ºs 5 e 8 do artigo 50.º do CCP.

#### **Artigo 5.º**

##### **Júri**

1. O procedimento concursal é conduzido por um júri, designado nos termos previstos no artigo 67.º do CCP, composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais será o seu presidente, e 2 (dois) membros suplentes.
2. Ao Júri compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento nos termos estabelecidos no CCP, nomeadamente:
  - a) Prestar esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento (artigo 50.º n.º 1 do CCP);
  - b) Determinar a eventual prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas (artigo 64.º do CCP);
  - c) Decidir sobre a classificação de documentos da proposta (artigo 66.º do CCP).
  - d) Proceder às notificações, em plataforma eletrónica, das decisões tomadas pelo órgão competente para a decisão de contratar.
3. Os membros do júri suprarreferidos procederam à subscrição da declaração de inexistência de conflito de interesses conforme o disposto no n.º 5 do artigo 67.º do CCP.

#### **Artigo 6.º**

##### **Visita às instalações**

1. Os interessados podem solicitar em sede de plataforma eletrónica utilizada pela Assembleia da República ([https://www.acingov.pt.](https://www.acingov.pt/)) até ao segundo terço do prazo fixado

para apresentação das propostas, a realização de visita às instalações da Assembleia da República, para analisarem as instalações existentes .

2. Os interessados que demonstrem esta intenção deverão comparecer no local, dia e hora que, para o efeito, vier a ser comunicado aos inscritos através da plataforma eletrónica utilizada pela Assembleia da República acima identificada
3. Considerando as atuais circunstâncias, a referida visita, a ocorrer, deverá cumprir as orientações da Direção-Geral de Saúde, devendo os visitantes (não mais de três) ser portadores de máscara de proteção e respeitarem o devido distanciamento social.
4. Os concorrentes não podem, em qualquer momento ou circunstância, invocar desconhecimento quanto ao que examinaram ou que poderiam ter examinado, nem imputar à AR, a esse título, qualquer responsabilidade.

## **SECÇÃO II**

### **Propostas**

#### **Artigo 7.º**

#### **Documentos que constituem as propostas**

1. As propostas apresentar devem incluir, sob pena de exclusão:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, previsto no artigo 59.º da Diretiva 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, devendo neste caso ter em atenção o vertido no anexo I do presente programa, a que acresce o seguinte:
    - a. As partes IV e V do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento;
    - b. O DEUCP deve ser preferencialmente fornecido em formato eletrónico e assinado com recurso a uma assinatura eletrónica do operador económico ou de legal representante com poderes para o representar, podendo também ser apresentado em suporte papel com assinatura manuscrita e;  
Recomenda-se, para efeitos de preenchimento deste formulário a prévia leitura da circular informativa n.º 01/IMPIC/2016, bem como, o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma, em <http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/circular-informativa-no-01impic2016>
  - b) Preço total da solução a fornecer, que não poderá exceder os 280.000,00€ (duzentos e oitenta mil euros);
  - c) Preço(s) unitário(s) da:
    - Instalação, configuração e integração da solução;

- Dos bens;
  - Da manutenção e suporte pelo período de 36 meses.
- d) Prazo máximo para o fornecimento integral dos equipamentos;
  - e) Prazo de garantia dos equipamentos a fornecer;
  - f) Apresentação de forma clara e objetiva das especificações/características dos equipamentos a fornecer, nomeadamente as que dizem respeito às especificações técnicas mencionadas na parte II (requisitos técnicos) do caderno de encargos;
  - g) Código do modelo do equipamento proposto (*“Part Number”*) e;
  - h) Folhas de dados (*data-sheet*) do fabricante, respeitantes ao equipamento proposto.
  - i) Comprovativo de todas as certificações referidas na clausula 19.ª do caderno de encargos.
2. Com exceção dos manuais ou especificações técnicas que podem ser redigidos em língua inglesa, os documentos que integrem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos legais.
  3. Os preços a indicar em sede de proposta não devem incluir o IVA, devendo ser indicados em algarismos e por extenso, acompanhados de menção expressa que *“ao preço acresce o IVA”*, indicando-se de forma expressa o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
  4. A proposta, bem como todos os documentos que a constituem, devem ser assinados pelo concorrente ou pelos seus representantes, com poderes para o efeito.
  5. No caso de agrupamento de concorrentes, a assinatura da proposta deve ser efetuada por todos os membros que o integram, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, a existir, devendo neste caso ser apresentados com a proposta instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.

#### **Artigo 8.º**

##### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

#### **Artigo 9.º**

##### **Prazo e local para a apresentação das propostas**

1. As propostas podem ser apresentadas até às 23:59 do 30º dia a contar da data do envio para publicação dos anúncios relativos ao presente procedimento.
2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica.
3. Entre outros motivos de ordem legal estipulados no CCP e outras disposições legais em vigor, são excluídas as propostas que sejam entregues fora do prazo mencionado no ponto 1 anterior.

#### **Artigo 10.º**

##### **Modo de apresentação das propostas**

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição no respetivo procedimento, a ser efetuada no portal <https://www.acingov.com>, ficando registada a identificação, o nome do contacto e o endereço eletrónico das entidades que se tenham inscrito.
2. O acesso aos documentos constantes na plataforma eletrónica, bem como à apresentação das propostas, será facultado aos interessados que se inscrevam no mencionado portal.
3. A proposta será obrigatoriamente apresentada na plataforma eletrónica utilizada pela Assembleia da República, acessível através da ligação: <https://www.acingov.com>.
4. Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.
5. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum.
6. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos, na medida do estritamente necessário, devendo efetuar o pedido por escrito na Plataforma Eletrónica da Assembleia da República com o endereço referido no ponto 1.

#### **Artigo 11.º**

##### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

É de 90 (noventa) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas, a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas.

### **SECÇÃO III**

#### **Lista dos candidatos**

#### **Artigo 12.º**

##### **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica acima identificada.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas no âmbito do presente procedimento.

## **SECÇÃO IV**

### **Adjudicação**

#### **Artigo 13.º**

##### **Critério de adjudicação**

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos do disposto na al. b) do artigo 74.º, do CCP.
2. Em caso de empate, será vencedor o concorrente empatado que, pela seguinte ordem de prevalência:
  - a) Custo mais baixo da Instalação, configuração e integração da solução;
  - b) Custo mais baixo da manutenção e suporte pelo período de 36 meses.
  - c) Sorteio.

#### **Artigo 14.º**

##### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio.

## **SECÇÃO V**

### **Habilitação**

#### **Artigo 15.º**

##### **Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 cinco dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos;
  - b) Comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo nos termos do disposto no artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e ainda da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
  - c) Documento comprovativo de que têm a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- d) Documento comprovativo de que têm a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - e) Certidão de registo criminal da pessoa coletiva adjudicatária e dos titulares do órgão de administração/gerência em efetividade de funções e;
  - f) Documento comprovativo da identidade dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da pessoa coletiva adjudicatária (Certidão permanente da pessoa coletiva, ou respetivo código de acesso, por exemplo).
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido a este último um prazo de 5 (cinco) dias para apresentação dos documentos em falta.
3. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, deverá ainda o adjudicatário pronunciar-se sobre a minuta do contrato, equivalendo o seu silêncio à aceitação desta última.

## **SECÇÃO VI**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 16.º**

##### **Despesas e encargos**

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **Artigo 17.º**

##### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e no diploma que o aprovou, o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e alterações subsequentes.



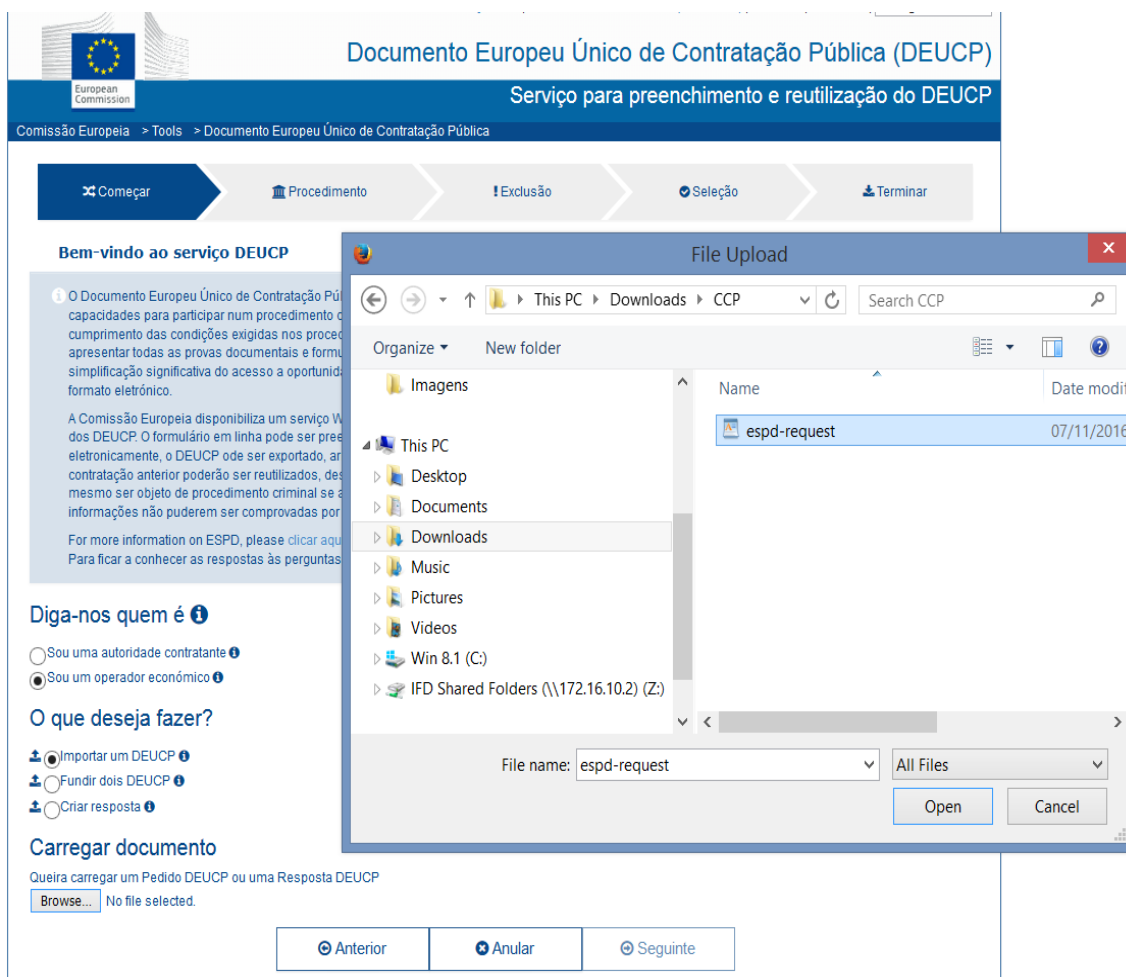
## ANEXO I

### Instruções para preenchimento do DEUCP

1. O DEUCP, de formato eletrónico, deve ser obtido na área específica do Portal da Comissão Europeia, em:

<https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>

2. Selecionar “Sou um operador económico”, “Importar um DEUCP” e clicar “Escolher ficheiro”, após o que deve navegar no explorador de ficheiros até à localização do ficheiro “espd-request.xml” .



#### Carregar documento

Queira carregar um Pedido DEUCP ou uma Resposta DEUCP

espd-request.xml

#### Onde está localizada a sua empresa?

Selecionar país Portugal

3. Uma vez carregado o ficheiro, selecionar “Portugal” na caixa “Selecionar país” e clicar “Seguinte”
4. Na Parte II [Informações sobre o operador económico], preencher os blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
5. Na Parte III [Motivos de exclusão], responder às questões dos blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
6. Preencher somente a Parte VI [Declarações finais], clicar em “Exportar”, guardar o ficheiro “espd-response.xml”, imprimir o documento em formato PDF e guardá-lo.
7. Anexar o ficheiro criado no ponto anterior aos documentos a submeter no procedimento.